

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL - NOTURNO**

Andressa Machado

**A DOCÊNCIA E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

**Santa Maria, RS, Brasil
2018**

Andressa Machado

**A DOCÊNCIA E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciada em Educação Especial**.

Orientadora: Prof^a Dr^a Tatiane Negrini

Santa Maria, RS,
2018

Andressa Machado

**A DOCÊNCIA E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciada em Educação Especial**.

Aprovada em 10 de dezembro de 2018:

Tatiane Negrini, Dra. (UFSM)
(presidente/orientador)

Silvia Maria de Oliveira Pavão, Dra. (UFSM)

Fabiane Vanessa Breitenbach, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS,
2018

RESUMO

A DOCÊNCIA E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

AUTORA: Andressa Machado
ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Tatiane Negrini

A presente pesquisa é resultante de um trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Especial - Noturno vinculado ao Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria. Tem como objetivo geral discutir questões que envolvam a docência no Ensino Superior e o processo de inclusão de pessoas com deficiência. Percebe-se o grande número de alunos com deficiência chegando ao Ensino Superior, com isto, aborda-se esta temática dando foco aos professores e como conduzem este processo de inclusão, de acordo com as especificidades de cada acadêmico. Neste sentido coloca-se então o papel da docência de grande potencial para o aprimoramento e autonomia do acadêmico. Segundo Fernandes e Almeida (2007), a inclusão do estudante com deficiência no Ensino Superior vai muito além de facilitar o seu ingresso por meio de políticas de reservas de vagas. A universidade deve criar condições para que o estudante seja integrado ao ambiente universitário de modo a promover não apenas sucesso acadêmico, mas também o desenvolvimento psicossocial do estudante. Isto envolve mudanças e/ou adaptações em variados aspectos por parte da comunidade universitária, como adaptação de materiais, acessibilidade física, capacitação de docentes, servidores e demais estudantes quanto ao conhecimento sobre as deficiências, entre outros. O método de pesquisa utilizado foi um estudo de caso. O mesmo teve um viés qualitativo, e de acordo com Goldenberg (1997) a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social de uma organização, etc. Envolveram-se sujeitos da pesquisa professores do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria. Realizou-se entrevistas com os professores a fim de entender o processo de inclusão de alunos com deficiência. É notável a preocupação por parte dos docentes, mas ainda precisamos evoluir no sentido de pensarmos antecipadamente este ciclo e não apenas quando já tivermos vivenciando-o. Indagações e questionamentos sempre irão permear e fazer parte do processo de inclusão, e cabe a todos a compreensão com um olhar rebuscado para os aspectos simples do cotidiano, para tornarmos profissionais mais seguros e encorajados que virão a encarar os desafios proporcionados pelas suas vivências acadêmicas.

Palavras-chave: Educação Especial; Pessoa com deficiência; Docência; Ensino Superior

ABSTRACT

TEACHING AND THE INCLUSION PROCESS OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION

AUTHOR: Andressa Machado
SUPERVISOR: Prof^a Dr^a Tatiane Negrini

The present research is the result of the conclusion work of the Special Education Course - Nocturnal, linked to the Education Center of the Federal University of Santa Maria. Its main objective is to discuss issues involving teaching in Higher Education and the process of inclusion of people with disabilities. It is possible to perceive the large number of students with disabilities arriving at Higher Education, with this, it is approached this subject giving focus to the teachers and how they lead this process of inclusion, according to the specifics of each academic. In this sense, the role of teaching with great potential for the improvement and autonomy of the academic is then placed. According to Fernandes and Almeida (2007), the inclusion of students with disabilities in Higher Education goes far beyond facilitating their entry through job reservation policies. The university should create conditions for the student to be integrated into the university environment in order to promote not only academic success but also the psychosocial development of the student. This involves changes and / or adaptations in various aspects by the university community, such as adaptation of materials, physical accessibility, training of teachers, servants and other students regarding knowledge about disabilities, among others. The research method used was a case study. The same had a qualitative bias, and according to Goldenberg (1997) a qualitative research was not worried about the numerical representation, but with the deepening of the understanding of a social group of an organization, that are Professors of the course of Occupational Therapy of the Federal University of Santa Maria. Interviews were conducted with the teachers to complete the inclusion process of students with disabilities. The teachers' concern about the inclusion process is remarkable, but we still need to evolve in order to think ahead of this cycle and not only when we have already experienced it. Inquiries and questionings will always permeate and be part of the inclusion process. It is everyone's responsibility to maintain understanding and a watchful eye to becoming more confident and encouraged professionals in order to face the challenges posed by academic experiences.

Keywords: Special Education; Disabled person; Teaching; Higher education

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA	8
3. PROBLEMA DE PESQUISA	10
4. OBJETIVOS	10
4.1 OBJETIVO GERAL	10
4.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS	10
5. REVISÃO DE LITERATURA	11
5.1 INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR .	11
6. DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	14
7. MÉTODOS	19
6.1 DESENHO DO ESTUDO	19
6.2 AMOSTRA/POPULAÇÃO ALVO	20
6.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	20
6.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	20
6.5 ANÁLISE DOS DADOS	21
6.6 ASPECTOS ÉTICOS	21
8. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	22
REFERÊNCIAS	30
ANEXOS	32
APÊNDICE	34

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a temática especificamente direcionada à docência e o processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. Buscará discutir questões que envolvam este tema, a fim de compreender como o professor percebe a inclusão ao longo deste processo, conhecer quais as estratégias de ensino adotadas em turmas com alunos em processo de inclusão, verificando possíveis adaptações curriculares e entendendo os desafios da docência frente a esta inclusão.

Será proposto aos docentes uma análise e reflexão sobre este assunto, direcionando-os a pensar sobre algumas especificidades da inclusão, verificando como os mesmos desenvolvem suas atividades no contexto onde encontra-se um aluno com deficiência, dando-lhes condições de exercer sua jornada acadêmica com qualidade.

O processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior se destaca frente aos docentes como termo desafiador a fim de trazer questões para consumir esta prática.

Ensinar é uma tarefa complexa e imprevisível que requer um elevado grau de improvisação. Na verdade, como já me referi, pode ser sustentado que um sinal determinante das escolas inclusivas consiste na capacidade dos professores ajustarem suas práticas à luz do feedback que recebem de seus alunos. Consequentemente, os professores devem ter autonomia suficiente para tomar decisões imediatas que tenham em conta individualidade dos seus alunos e a singularidade de cada situação que ocorre. O que é necessário é assegurar um estilo de trabalho bem coordenado e cooperativo. (AINSCOW, 1995 apud MAGALHÃES, 2014, p. 74)

Neste sentido colocamos então o papel da docência de grande potencial para o aprimoramento e autonomia do acadêmico.

Segundo Fernandes e Almeida (2007), a inclusão do estudante com deficiência no ensino superior vai muito além de facilitar o seu ingresso por meio de políticas de reservas de vagas. A universidade deve criar condições para que o estudante seja integrado ao ambiente universitário de modo a promover não apenas sucesso acadêmico, mas também o desenvolvimento psicossocial do estudante. Isto envolve mudanças e/ou adaptações em variados aspectos por parte da comunidade universitária, como adaptação de materiais, acessibilidade física, capacitação de docentes, servidores e demais estudantes quanto ao conhecimento sobre as

deficiências, entre outros.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva evidencia que o objetivo da educação especial no âmbito do ensino superior é promover ações que permitam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes com necessidades especiais na universidade. (BRASIL, 2008).

Outra questão predominante nas instituições de educação superior refere-se à falta de entendimento e preparação dos docentes para trabalhar com uma pessoa com deficiência. De acordo com Mantoan (2005), o preconceito nos distancia das pessoas com deficiência, que são vistas por nós como voláteis, dependentes e incapazes de agirem e pensarem sozinhas. Desse modo, busca-se entender neste trabalho sobre estas questões a partir do olhar docente sobre o processo de inclusão.

2. JUSTIFICATIVA

O referido trabalho está vinculado a Disciplina de Projeto de Pesquisa Profissional do Curso de Educação Especial Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria. Através da inserção de algumas leituras e trabalhos relacionados à temática, se ampliou o desejo de conhecer o percurso do docente frente à pessoa com deficiência com um olhar para a inclusão no Ensino Superior.

Foi realizado um Projeto da disciplina de Investigação e Orientação em Educação Especial (I a VII), que teve como tema Interação Social dos alunos com deficiência visual no Ensino Superior, com o objetivo de identificar como se dá a interação dos alunos com deficiência visual, suas relações com os colegas e os professores no ambiente da Universidade, assim como verificar se as condições de acessibilidade favorecem essa interação a qual me motivou a continuar escrevendo sobre Ensino Superior. Este estudo trouxe-me várias problematizações, que me instigaram a continuar pesquisando sobre esta temática.

Sabemos o quão necessário é a inclusão em seu aspecto geral. No Ensino Superior a escolha deste tema se tornou prioritária, pois como já mencionei, realizei um trabalho voltado ao assunto o qual me fez pensar a necessidade e a importância do processo de inclusão para as pessoas com deficiência que ingressam no Ensino Superior e como a docência torna este processo pleno, para que seu desenvolvimento e permanência sejam lineares, com isso, proporcionando à conclusão do curso.

A inclusão no Ensino Superior tem sido tema de muitos projetos e pesquisas desenvolvidas, e sabemos o avanço e à proporção que esta temática alcançou, trazendo alterações para este meio, visto que a docência assim como o processo de inclusão da pessoa com deficiência, está em construção no sentido de melhorias.

A Educação Superior exige maior autonomia do estudante, que ele seja ativo em aula, que saiba trabalhar no coletivo e que corrobore com as discussões problematizadas em aula, apresentando o seu olhar sobre o tema desenvolvido. O processo de ensino e aprendizagem na Educação Superior, assim, exige mais do estudante universitário. Os professores dividem com ele a responsabilidade pela aula e pela produção do conhecimento, e essas exigências, muitas vezes, tornam a inserção nesse contexto ainda mais difícil (POLYDORO, 2000). Pensando nessas reflexões apresento a dimensão e o valor deste estudo para a comunidade

acadêmica.

Acredito que a relevância desta temática se faz presente em toda a universidade e muitas vezes não pensamos sobre este processo. Penso que seu estudo trará questões a serem pensadas através da docência como campo de investigação para possíveis melhorias e adaptações junto a este aluno e que o mesmo permaneça, mas também eleve o leque de informações para outras pessoas, e da mesma forma entre os professores de diferentes cursos, elencando avanços para o desenvolvimento.

3. PROBLEMA DE PESQUISA

Como os professores exercem a docência no Ensino Superior de forma a conduzir o processo de inclusão do estudante com deficiência, respeitando suas necessidades específicas?

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

- Discutir questões que envolvem a docência no Ensino Superior e o processo de inclusão da pessoa com deficiência.

4.2 Objetivos específicos

- Compreender como o professor percebe o processo de inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior.
- Analisar as estratégias pedagógicas dos docentes do Ensino Superior em turmas com alunos em processo de inclusão, verificando possíveis flexibilizações curriculares.
- Entender os desafios da docência para a inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior.

5. REVISÃO DE LITERATURA

5.1 Inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior

Na atualidade pode-se perceber o quanto se reverencia a temática inclusão e sua importância para a história e trajetória da pessoa com deficiência no âmbito educacional. A memória nos coloca frente ao percurso de obstáculos enfrentados por estas pessoas a fim de alcançar seu espaço perante a sociedade.

Deste modo, busca-se compreender a realidade através da história, a evolução da trajetória vivida, entendendo que pessoas com deficiência são aquelas que “têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2008, p.2). Desse modo, são os estudantes com deficiência mental, deficiência física, surdez, deficiência auditiva, cegueira, baixa visão, surdo cegueira ou deficiência múltipla.

A história das pessoas com deficiência no Brasil progrediu no século XIX, com a educação especial de cegos e de surdos em internatos, como na Europa. Nesse período foi introduzido o sistema Braille de escrita para os cegos e, entre 1880 e 1960, os surdos foram impedidos de usar a língua de sinais para não prejudicar o aprendizado compulsório da linguagem oral (LANNA JÚNIOR, 2010).

A década de 1990 representa um período histórico significativo para o movimento reconhecido como educação inclusiva, que visa garantir às pessoas com necessidades especiais, entre elas aquelas com deficiência, o direito à educação em instituições de ensino regular. A partir desse período, houve um avanço na constituição de políticas públicas voltadas à educação das pessoas com deficiência, com ênfase inicialmente no sistema regular de ensino no nível da educação básica. Entre os documentos que objetivam assegurar esse direito aos brasileiros, destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 9.394/96, o Plano Nacional de Educação para Todos, de 2001, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, assim como a Lei Brasileira de Inclusão (2015).

Cabe salientar que o direito à educação sempre perdurou em consonância a Lei que vigora até os dias atuais. O direito à educação especial está assegurado na

Lei 9394/1996, referente às bases da educação nacional e prevê recursos pedagógicos específicos para cada aluno com deficiência. Em 2008, o MEC editou a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, obedecendo à Convenção da ONU: sistema de ensino inclusivo, com aula na classe comum e atendimento educacional especializado em turno oposto, para garantir a inclusão com qualidade (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva ressalta-se que a inclusão de estudantes com deficiência representa uma importante iniciativa da Universidade em atribuir uma missão institucional em resposta às demandas. A chegada ao ensino superior leva o estudante a enfrentar uma realidade educacional nova, necessariamente mais complexa e exigente que a educação básica (COULON, 2008; FERNANDES & ALMEIDA, 2007). Desta maneira, ficam evidentes fatores como espaços pouco suscetíveis, desestimulantes, presença de barreiras físicas e arquitetônicas, diferenciação, falta de informação, e ainda, a inexistência de serviços de apoio, os quais podem influenciar negativamente a trajetória dos jovens com algum tipo de deficiência, podendo resultar em abandono (ABREU & ANTUNES, 2011; FERNANDES & ALMEIDA, 2007).

Além desses, também recaem sobre as universidades fortes expectativas de que contribuam para a diminuição das diferenças impostas pelos padrões potencialmente desiguais estabelecidos no atendimento às exigências de qualificação no mercado de trabalho, bem como para a evolução econômica e social, de modo amplo (SEIXAS, 2003).

A inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior faz refletir em torno da construção desta temática, e as políticas de inclusão se fazem presentes na teoria e que de muitas formas e oportunidades estão trazendo um novo cenário para as pessoas com deficiência, o olhar atento e diferenciado ao acadêmico, solidez no processo de ensino aprendizagem e no pensar caminhos metodológicos, determinando estratégias capazes de trazer às habilidades deste aluno a frente de todas as diferenças.

A inclusão de estudantes com deficiência não quer dizer que os professores devam reduzir o nível de exigência, mas devem rever suas metodologias, a filosofia curricular e os meios de acesso a esses estudantes. A qualidade da universidade é

imprescindível, mas a questão é: por que qualidade para uns e para outros não? (RODRÍGUEZ, 1999).

Pensar em estratégias de ensino capazes de suprir ou ao menos amenizar a distância do conflito ainda existente sobre a inclusão de pessoas com deficiência, buscando o equilíbrio no método de ensino aprendizagem para estes estudantes.

Conforme aponta Ferreira (2005), a Educação Inclusiva deve ter como perspectiva uma ação reflexiva que considere as diversidades e personalidades de cada sujeito, visando à aprendizagem (qualitativa e significativa) e com isso a valorização pessoal e social. Com isso, é oportuno apresentar o conceito de inclusão, que segundo Sasaki (1997, p. 41) refere-se ao “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

Por tudo isso, fica evidenciada a necessidade de compreender a inclusão em uma instância geral, que não realize segmentações, mas garantam, além da igualdade, a equidade em condições no que se refere ao acesso e permanência, conforme previsto pelo artigo 206 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

No Ensino superior a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que trata sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, passou a vigorar com rigidez em prol da pessoa com deficiência, sendo que aponta no artigo terceiro que:

Art. 3º Em cada instituição federal de Ensinos Superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2016, s/p)

O ingresso pela reserva de vagas segue com as orientações do Decreto nº 3298 de 1999, o qual também determina quem são consideradas pessoas com deficiência.

Art. 1º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que

objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1999, s/p)

Como forma de garantir os direitos aos estudantes no Ensino Superior deve-se estar atento a esse público que merece total atenção. Em consonância a isto a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. (BRASIL, 2008)

Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008)

O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializado públicos ou conveniados.

5.2 Docência no Ensino Superior

No Brasil, é notório o aumento de pessoas com deficiência ingressas na educação superior, bem como o aumento significativo de medidas adotadas pelas universidades para bem atender este público, buscando adaptar o modelo de ensino a este aluno, diferente de como ocorria anteriormente, onde o aluno que se adaptava ao sistema de ensino. (SASSAKI, 2006)

A atividade docente no ensino superior tem tido seu valor e seu significado considerados com maior frequência e consistência a partir do final do século XX, quando teve início um processo de autocrítica por parte de diferentes membros integrantes das universidades sobre essa prática (MASETTO, 2009). Apesar do despertar para o autoquestionamento, Isaia (2006) apresenta um quadro de ausência de compreensão por parte de professores e de instituições sobre a necessidade de preparação específica para exercer a docência. Segundo a autora, mesmo estando cientes de sua função formativa, os professores não consideram a necessidade dessa preparação e acreditam que o conhecimento específico desenvolvido nos anos de formação inicial ou ao longo da carreira, além do exercício profissional, é o bastante para assegurar o bom desempenho docente.

O Brasil vem reiterando a importância da inclusão no ensino superior. Nesse sentido, órgãos do governo federal, especialmente o Ministério da Educação, têm realizado ações por meio de decretos, portarias e leis de elaboração de políticas públicas direcionadas à garantia do acesso e da permanência de acadêmicos com deficiência nas instituições de ensino superior.

A LDB nº 9.394/96 refere-se ao modelo de inclusão, no qual a pessoa com deficiência será atendida conforme sua necessidade, adaptando o ensino às condições e limitações do aluno. Ainda neste contexto, possibilita não só o acesso à educação, mas também a permanência deste na proposta educacional.

O ano de 2006 foi um marco para a educação inclusiva, pois o Brasil assinou a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, onde se estabeleceu que “os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena”, adotando medidas que garantam que a deficiência não possa ser motivo de exclusão para estas pessoas. (PALHARES, MARINS, 2002).

Nesse mesmo ano o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos trata o tema da inclusão no ensino superior e fomenta a discussão para a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nesse contexto. Dando sequência a essas ações afirmativas das políticas de inclusão, em 2007 a educação inclusiva é contemplada pelo PAC – Plano de Aceleração do Crescimento e o acesso e permanência da pessoa com necessidades especiais é garantida pelo Decreto

6094/2007. Diante de todas as medidas adotadas para assegurar que a inclusão seja estabelecida, nota-se que diretrizes e bases não são estipuladas para que desenvolvam e capacitem os docentes em sua atuação, sendo contemplado o ensino adequado aos alunos com deficiência, junto dos demais.

Vitaliano (2007) reitera que existem professores despreparados devido à inexperiência de ensinar e à falta de conhecimentos específicos, suficientes para atuarem no processo de inclusão dos alunos em todos os níveis de ensino. Os professores não estão preparados, porque alguns deles não tiveram uma disciplina específica que pudesse auxiliar em sua prática pedagógica; os que tiveram essa disciplina, afirmaram que os conteúdos estudados não foram suficientes, somados à falta de uma oportunidade de estágio em sala de aulas com acadêmicos com necessidades especiais.

A própria formação dos professores que atuam no processo de inclusão pode tornar-se também um dos desafios enfrentados pelos acadêmicos com necessidades educacionais especiais. Isso está relacionado ao despreparo dos professores que, quando se deparam em sua prática pedagógica com esses acadêmicos, não sabem lidar em sala de aula com as diferenças que podem ser cognitivas, sensoriais e físicas, isso acaba interferindo no aprendizado dos acadêmicos com deficiência (VITALIANO, 2007; MONTEIRO; MANZINI, 2008; GIROTO; CASTRO, 2011; MICHELS, 2011).

Isto se torna um desafio não somente para a docência, mas para os acadêmicos, e também para todos aqueles que com estes trabalham, devido à ausência de recursos para o processo de ensino-aprendizagem, à falta de orientações sobre as deficiências e as possibilidades de aprendizado desses acadêmicos, à falta de conhecimento dos professores sobre os procedimentos de atenção a eles, nos quais muitas vezes conduz de forma inadequada o método de ensino (MASINI, 2010). Além disso, os professores, em sua maioria, relatam o receio antes mesmo de lidar com a inclusão, devido à própria falta de preparo, mesmo assim os professores entendem a necessidade em atender os acadêmicos com deficiência.

Nesse mesmo intuito da inclusão, Briant e Oliver (2012) afirmaram que ainda há muitas dificuldades por parte dos professores quando têm que receber os acadêmicos com necessidades especiais, pois a maioria deles apresentam

dificuldades em acompanhar e transmitir o conteúdo ministrado e também não conseguem desenvolver certas atividades com esses acadêmicos.

Diante de todos os desafios enfrentados em relação à inclusão dos acadêmicos com necessidades especiais na universidade, não se pode esquecer de tomar decisões sensatas e coerentes, as quais devem contar com vários apoios necessários, incluindo também algumas medidas fundamentais que facilitem o processo de inclusão, sendo garantido o acesso a um ensino de qualidade. (PACHECO; COSTAS, 2006; DUARTE et al., 2013).

Com base nisso, Leite et al. (2011) afirmam que as adaptações curriculares são necessárias para atender às necessidades e aos interesses dos acadêmicos, principalmente aqueles que apresentam dificuldades específicas relacionadas às suas necessidades especiais. Para que essas adaptações curriculares aconteçam nas instituições de ensino superior, primeiro precisa-se preparar um currículo comum para todos acadêmicos e, em seguida, devem ser realizadas algumas transformações em seu currículo voltadas para atender as necessidades educacionais especiais dos acadêmicos.

Para tornar-se isso uma realidade, é necessário que a universidade adapte seus métodos, suas práticas, seu currículo e até as diferentes formas de metodologias e de avaliações do processo de ensino-aprendizagem. Através dessas mudanças, espera-se que o ambiente universitário seja capaz de oferecer respostas educacionais aos acadêmicos, independente de suas necessidades ou do ritmo de suas aprendizagens; isso se transforma numa estratégia que contribui para a inclusão desses alunos. Além das adaptações no currículo, Moraes (2007) menciona que as instituições de ensino superior precisam também tornar seus ambientes mais acessíveis e adaptados para a inclusão de seus acadêmicos com necessidades educacionais especiais, sendo que isso pode ocorrer por meio de algumas modificações e adaptações em sua estrutura física, para que possam eliminar assim quaisquer barreiras presentes no ensino de qualidade desses acadêmicos. (MORAES, 2007; MAIOLA; BOOS; FISCHER, 2008).

No entanto, conforme Siqueira e Santana (2010), a inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na universidade não está apenas relacionada às adaptações no espaço físico, mas também envolve a questão da

carência de materiais e de recursos didáticos pedagógicos adequados para o processo de ensino-aprendizagem destes acadêmicos.

Destaca-se também a importância da aceitação por parte dos docentes da pessoa com deficiência, concordância com as relações já estabelecidas, expressividade, sentimentos que são colocados frente às atitudes que fazem parte destes desafios enfrentados pelos docentes. A acessibilidade atitudinal é hoje um fator de atenção neste processo de sensibilização quanto à inclusão.

6. MÉTODOS

6.1 Desenho do Estudo

O percurso desta aconteceu em uma Universidade Pública, com o objetivo de problematizar questões que envolvem a docência no ensino superior e o processo de inclusão da pessoa com deficiência. O método de pesquisa aplicado será um estudo de caso, que segundo Yin (2015, p. 4) é usado “em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos”. Naturalmente, o estudo de caso é um método de pesquisa comum na psicologia, sociologia, ciência, política, antropologia, assistência social, administração, educação, enfermagem e planejamento comunitário. Seja qual for o campo de interesse, a necessidade diferenciada da pesquisa de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos mais complexos. (YIN, 2015)

Este trabalho tem um viés qualitativo, e de acordo com Goldenberg (1997) a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social de uma organização, etc. O mesmo ressalta que os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defendem um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

6.2 Amostra/População Alvo

Considerando os objetivos e critérios deste estudo, foram selecionados como participantes da pesquisa 4 professores do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria.

A trajetória desta pesquisa iniciou através do contato com o Núcleo de Acessibilidade da instituição a ser pesquisada. Com esse primeiro contato, foi investigado o curso com maior número de matrículas regulares de pessoas com deficiência, para adiante seguir com o propósito do objetivo do projeto. No entanto, em função de algumas dificuldades com este curso, realizou-se a pesquisa com o curso de Terapia Ocupacional, o qual disponibilizou-se.

Os quatro professores entrevistados são atuantes do Curso de Terapia Ocupacional, que se disponibilizaram a responder as questões propostas na entrevista de forma voluntária.

6.3 Critérios de Inclusão e Exclusão

O critério utilizado para esse estudo foi realizar uma busca através no Núcleo de Acessibilidade da Instituição a ser estudada para analisar qual o curso possui um numero maior de pessoas com deficiência com matricula regular. Não obtivemos retorno dos participantes do Curso de Medicina o qual seria o curso com maior numero de matriculados com deficiência .

6.4 Instrumentos de coleta de dados

Como instrumento de coleta utilizou-se a entrevista (APÊNDICE B). Conforme Luna (1988, p.71) referem-se à pesquisa como “uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou de um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe”. Gil (1999, p. 45), conceitua pesquisa como:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...) A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimento científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Pesquisa é, portanto, o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento. É na pesquisa que utilizaremos diferentes instrumentos para se chegar a uma resposta mais precisa, esta foi realizada com docentes de um Curso da Universidade Federal de Santa Maria.

6.5 Análise dos dados

A análise dos dados tem por objetivo a discussão de questões e apontamentos citados pelos professores. A partir disso serão eleitas categorias de análise que nortearão a discussão da pesquisa, que terá um caráter descritivo. Bardin (2011) apresenta os critérios de categorização, ou seja, escolha de categorias (classificação e agregação). Categoria, em geral, é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos. Na perspectiva da análise do conteúdo, as categorias são vistas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns.

6.6 Aspectos Éticos

A pesquisa segue as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa, entre os cuidados estão com os sujeitos.

Os participantes da pesquisa foram previamente informados de seus direitos quanto ao sigilo das informações e quanto ao uso dos dados coletados. Aqueles que, voluntariamente, aceitarem participar da pesquisa, assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A), concordando com a realização da pesquisa, no qual ficou registrado o caráter voluntário da participação e esclarecidas às questões éticas que embasavam este estudo que tem como tema “A docência e o processo de inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior”.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para melhor compreensão dos resultados, a apresentação desses será realizada em três categorias, quais sejam: Categoria 1 - “A inclusão pelo olhar do professor no Ensino Superior”, Categoria 2 - “Estratégias pedagógicas para alunos com deficiência no Ensino Superior”, e Categoria 3 – “Docência no Ensino Superior e os Desafios para inclusão”. Vejamos cada uma delas a seguir.

Foram entrevistados quatro sujeitos, sendo dois deles com mais de vinte anos de profissão e dois deles que exerce a docência a menos de cinco meses na UFSM.

7.1 A inclusão pelo olhar do professor no Ensino Superior

A inclusão é um processo complexo e que necessita de ações transformadoras que promovam a compreensão do direito de todos à educação. O movimento de incluir educandos com deficiência na escola é uma maneira de tornar a comunidade mais presente e aberta às questões sobre inclusão, sendo papel de todos transformarem Instituições em um espaço de inclusão. Sendo direito básico garantido em várias conferências mundiais, fundamenta-se na proposta de uma educação com qualidade para todos, sem distinção.

Segundo Fonseca (2004), objetiva-se dar aos estudantes sem exceção, possibilidades educativas iguais, a fim de favorecer que usufruam, além dos serviços educativos de qualidade, de outros apoios complementares que os preparem adequadamente para uma vida futura, de modo a exercerem sua cidadania da forma mais autônoma possível. É significativo destacar que a inclusão escolar compreende não só o aluno com deficiência, mas todos aqueles que por alguma razão são ou de alguma maneira foram excluídos, discriminados, na escola. Assim, são muitas os acontecimentos e os problemas que vão se peculiarizando em cada realidade educacional, que aqui será discutida por meio da inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. Em consonância com o autor verifica-se que o docente denominado como número 1 traz em sua fala favorecimentos em relação ao olhar pela inclusão.

“[...]Eu acho que justamente isso que eu tava fazendo assim da gente conseguir, penetrar nesse lugar dessa pessoa porque agente vai ter que sair daquele lado tão cômodo que é o nosso assim, de já vir com aquilo que

esta organizado, olha eu já, essa dinâmica da minha disciplina assim agente vai ter que parar e pensar, não, desse jeito não vai dar eu vou ter que mudar a metodologia, vai alterar um pouco da dinâmica mas eu vou ter que repensar os grupos.”(docente nº1)

A fala acima nos remete o pensar da participação efetiva do docente em relação à inclusão do público alvo da educação especial, a fim de refletir questões de sala de aula e da Instituição bem como a necessária flexibilidade na utilização dos recursos institucionais, humanos e materiais. A viabilidade de o professor poder contar com o apoio dos colegas e de outros profissionais, de refletir estratégias de aula, de rever o plano de ensino e de contar com a colaboração dos alunos e sua contribuição na resolução das questões específicas que se apresentarem é de importância fundamental numa proposta educacional voltada para a inclusão.

O que se pode perceber é que existe a preocupação por parte dos docentes frente ao processo dos alunos com deficiência, há uma flexibilização visível em relação ao assunto.

Como se observa, a aceitação da prática inclusiva, por parte do docente, é fator determinante no desenvolvimento de todas as habilidades do aluno com alguma deficiência. Nesta mesma linha de entendimento, Barbosa e Gomes (2006) apresentam outras considerações igualmente importantes, no que diz respeito à prática docente inclusiva eficiente junto a alunos com deficiência, ao afirmarem que:

[...] Enquanto os docentes não modificarem e redimensionarem sua prática profissional para ações mais igualitárias, isto é, não se posicionarem efetivamente como responsáveis pelo ato de educar também alunos com necessidades educacionais especiais, o professor terá diante de si um obstáculo e não um estímulo para aproveitar todas as oportunidades de formação permanente. (BARBOSA; GOMES, 2006 p.8).

De fato, a formação acadêmica não dá conta de atender a todas as especificidades e/ou problemas da educação, exigindo que o professor, realize investimentos em sua formação. Barreto (2008), as instituições formadoras não podem se exonerar da responsabilidade de preparar os professores para uma atuação reflexiva, ou seja, que facilite a integração e a relação eficiente entre a prática e a teoria incluindo as pessoas com deficiência.

Outro aspecto importante é pensarmos na acolhida deste estudante a fim de permear seu bem estar e trazê-lo para mais perto da turma, os envolvendo-os em todas as atividades desenvolvidas. Nesse sentido cabe a fala de um dos docentes

entrevistados

“[...] eu não precisei alterar o padrão da disciplina, mas eu conversei com ela pra ver se ela tava disponível e disposta a se dispor as atividades eram corporais e no chão ela tinha que se deslocar da cadeira de rodas pro chão, ela topou sem problemas e porque ela tinha disponibilidade pra isso, é acolhida no grupo então foi relativamente tranquilo, mais nesse período nós nos aproximamos mais, aqui eu consegui então perguntar pra ela algo que ainda o grupo não tinha perguntado”. (docente nº2)

Dessa forma, pode-se pensar de acordo com Santos (2006), que as instituições de educação superior devem aceitar como missão batalhar em favor da inclusão educacional dos estudantes. Para isso, é necessário refletir e propor novas bases teóricas, rever conceitos e práticas pedagógicas, pensar novos currículos e técnicas organizacionais e delinear um novo mecanismo político.

7.2 Estratégias pedagógicas para alunos com deficiência no Ensino Superior

No Ensino Superior, a prática inclusiva é mais atual do que na educação básica. Isto porque, com a ampliação do acesso dos alunos na educação básica e sua consequente progressão para o Ensino Superior, mais alunos têm chegado às universidades.

A educação inclusiva pressupõe a cooperação coletiva na decisão das questões da sala de aula e da instituição escolar bem como a necessária flexibilidade na utilização dos fundos institucionais, humanos e materiais. A expectativa de o professor poder contar com o apoio dos colegas e de outros profissionais, de repensar seus métodos de aula, de rever o plano de ensino e de contar com a participação dos alunos e sua contribuição na resolução das questões específicas que se apresentarem é de importância fundamental numa proposta educacional voltada para a inclusão. Mesmo considerando a especificidade das disciplinas, pode-se partir do pressuposto que todos os professores necessitam de um apoio institucional para realizar tais flexibilizações e modificações.

O ingresso do aluno com deficiência traz mudanças também no Ensino Superior, contudo é indispensável pensar que o fato deste aluno estar na sala de aula não significa, obrigatoriamente, a atuação plena desse estudante no ambiente universitário e a compreensão dos conteúdos em questão da mesma forma que os

demais. Para isso, é necessário que a universidade realize flexibilizações, adaptações bem como estratégias para que a inclusão seja existente e efetiva.

O professor como papel fundamental, o que transmite e antecipa mediações, deverá conhecer previamente a existência de um aluno com deficiência, investigando seu diagnóstico e a maneira de tornar viável o desenvolvimento de sua aprendizagem e caminhos metodológicos diferenciados, com uma boa comunicação, desenvolver técnicas de estudo, planejamentos flexíveis que contemplem a todos da turma, não deixando o mesmo se sentir excluído, criando possíveis expectativas em relação ao processo, respeitando suas especificidades para bom desempenho acadêmico. A fala do docente 2 nos faz refletir o olhar do outro:

“[...] um episódio que eu achei bem interessante foi que o grupo, alguns professores tinham mania de fazer uma roda pra ficar mais aconchegante a aula, eu tive o cuidado de perguntar pra ela se isso beneficiava ela, porque eu entendia que ela ficava muito exposta, vendo muitos os movimentos de todo mundo e ela então disse que ela preferia ficar na posição normal das salas de aula, porque ela se concentraria mais nas minhas atividades, porque na roda se tem outro colega que conversa com outro colega como ela lê lábio ela se distrai, ela tem que prestar a atenção no que o colega tá falando, achei bem interessante essas coisas assim me ajudaram a pensar”.

Percebe-se com os argumentos do docente entrevistado o cuidado para com a aluna inserida, cabe destacar que o olhar antecipado para as particularidades.

De acordo com Pacheco e Costas (2006), para que a inclusão dos acadêmicos com alguma deficiência seja eficiente, devem ser introduzidas na universidade medidas fundamentais que facilitem e, ao mesmo tempo, procurem auxílio na concretização desse processo de inclusão, em que se pode assim destacar: a formação de professores, a adequação de recursos pedagógicos, a adaptação de currículos para o processo educativo e as adaptações nas estruturas físicas. Nesse sentido, pensarmos em estratégias pedagógicas, que tornarão o espaço de aprendizagem viável requer um olhar pelo outro. Vejamos:

“[...] primeiro agente precisa saber a situação, não é a patologia em si, mas a história de vida, o que aconteceu, como que aconteceu, de que forma, de que nível tá, pra gente realmente poder fazer todas as adaptações que agente precisa, então agente vai fazer uma aula, pratica de subir algum obstáculo, ela é cadeirante, então vou ter que pensar nesta aluna, ou eu faço essa atividade com a turma e faço adaptação pra ela ou eu não faço, ou eu faço uma outra atividade, porque na verdade a inclusão é isso você fazer uma atividade que englobe todo mundo, mesmo que precise fazer uma adaptação, meu planejamento seria primeiro saber a história de vida dela, diagnóstico pra poder fazer adaptações nas minhas aulas.(docente

nº3)

Melo e Pereira (2013) apontam que os professores são considerados como os principais responsáveis pelo processo de inclusão. Assim tornam-se necessários estarem eles bem preparados para atuar junto a esses acadêmicos, por terem de identificar e saber intervir em situações ou em determinadas atividades.

7.3 Docência no Ensino Superior e os Desafios para inclusão

O grande desafio que as universidades no Brasil enfrentam diante das pessoas com deficiência na atualidade envolve a questão da democratização do acesso e a garantia da qualidade no Ensino Superior, tendo em vista que se a educação é direito de todos, é preciso que esteja de fato ao alcance. Mais do que isso diante da pessoa com deficiência, é preciso que existam avanços nas práticas políticas para que barreiras como preconceito, discriminação e segregação não definam as relações humanas (MUTO; CAMPOS; MELO, 2016). Diante disso, estar ciente das necessidades desses alunos no Ensino Superior pode auxiliar não só os alunos quanto à própria instituição e comunidade acadêmica local na busca pela inclusão.

A docência universitária deve ser bem questionada, no qual o profissional da educação vai sucessivamente adquirindo o caráter de compromisso com a luta pela democratização do ensino, principalmente quando se trata da política de inclusão no Ensino Superior. Nesse sentido, Almeida (2007, p. 336) ressalta que, “formar o professor é muito mais que informar e repassar conceitos; é prepará-lo para outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando”. Atentamos para a fala abaixo:

[...] o desafio é esse, agente conseguir perceber quais as competências que essa pessoa vai conseguir desenvolver e trabalhar com elas isso pra que ela desenvolva bem e que agente consiga valorizar isso em sala de aula, porque eu entendo isso assim, de agente conseguir perceber, bom chegou essa pessoa aqui que tem essa dificuldade. (docente nº4)

Assim para Pachano (2008) coloca que um dos desafios fundamentais da educação superior, no contexto de mudanças que hoje vivemos, deveria ser a

participação da universidade, por meio do trabalho de seus professores, na luta pela democratização de acesso a novas tecnologias e alternativas sustentáveis para uma vida melhor. [...] É necessário que os professores universitários compreendam a cultura de exclusão que vem marcando a história da universidade e compreendam seu papel como protagonistas das mudanças necessárias. Sendo assim, é importante afirmar que o curso de docência universitária facilita uma reflexão à atuação do professor, deixando-o apto a lidar com todas as diferenças, a fim de contribuir para o sucesso do trabalho pedagógico.

Contudo, o exercício da docência não pode ser considerado algo permanente e inerte, pois passa sempre por processos gradativos de variações, que implicam inovação na experiência e na prática pedagógica, e ainda ter que buscar atualizar sempre em sua área, ou seja, formação continuada, afinal, o processo de melhoria e mudança não é de um dia para outro. Bueno (2001, p. 15) coloca quatro desafios que a educação inclusiva impõe à educação de professores:

- Formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o “saber” como o “saber fazer” pedagógico.
- Formação que possibilite analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos de escolarização das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular.
- Formação específica sobre características comuns das crianças com necessidades educativas especiais, como expressões localizadas das relações contraditórias entre a sociedade em geral e a as minorias.
- Formação sobre as características, necessidades e procedimentos pedagógicos específicos a cada uma das necessidades educativas.

Estes mesmos aspectos se encaixam para a formação dos docentes de Ensino Superior, os quais necessitam também de tempo para qualificação profissional, com vistas ao aperfeiçoamento das suas práticas pedagógicas.

[...] O maior desafio é você aceitar a inclusão, porque às vezes você diz que aceita, mas não aceita verdadeiramente até você ter uma pessoa com

deficiência na sala de aula, então em minha opinião o primeiro desafio é você aceitar, depois que você aceita a questão da inclusão, o outro desafio é fazer com que os outros alunos aceitem, porque também é complicado às vezes eles acham que aceitam, eu aceito sim eu ajudo, as vezes agente acha que entendi muito de inclusão, mas efetivamente na pratica eu não sei se as pessoas entendem, o maior desafio é você aceitar e entender qual é o real significado da inclusão, pra você perguntar p outro, olha você quer ajuda. (docente nº1)

Entende-se que os maiores desafios encontrados pelo professor no dia a dia da educação se tornarão um espaço de desenvolvimento das práticas pedagógicas, objetivando a busca de informações, na qual dúvidas, necessidades e duvidas acontecerão no ambiente educacional, e o professor terá um importante papel no delineamento de caminhos para construção do aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se o quanto estudantes com deficiência estão chegando ao Ensino Superior e através da pesquisa realizada enfatizou-se a forma no qual os docentes conduzem o processo de inclusão, é notável a preocupação por parte dos mesmos, mas ainda precisamos evoluir no sentido de pensarmos antecipadamente este ciclo e não apenas quando já tivermos vivenciando-o. Indagações e questionamentos sempre irão permear e fazer parte do processo de inclusão, e cabe a todos a compreensão com um olhar rebuscado para os aspectos simples do cotidiano, para tornarmos profissionais mais seguros e encorajados que virão a encarar os desafios proporcionados pelas suas vivencias acadêmicas.

Pensar em inclusão vai muito além da teoria, diante do cenário em que vivemos, o professor tem importância fundamental como mediador do conhecimento, possibilitando transformar as condições de acesso e permanência deste estudante, criando estratégias para seu bem estar.

Ao trazer o delineamento do problema de pesquisa compreende-se que a docência em questão busca tornar o ambiente acadêmico agradável, na expectativa de trazer o acadêmico para o seu contexto criando formas e determinadas maneiras de demonstrar suas potencialidades, envolvendo e criando condições para que o aluno conclua seu curso com êxito. Pode-se entender inclusive a utilização de estratégias

curriculares a fim de aproximar o estudante dos demais colegas e de suas vivências, tornando-as cada vez mais naturais e compreensíveis no contexto em questão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros de. Da Educação especial á educação Inclusiva. A proposta de inclusão escolar "Anped,2007.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar MEC/ INEP. Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência. Brasília: MEC/INEP; 2014

BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, SP, v. 18, n. 1, p. 141-54, 2012.

CAMPOS, V. B; Os Desafios do acesso e da permanência de pessoas com deficiência na educação superior. Uberlândia, 2014.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: do que estamos falando? *Revista Educação Especial*, Santa Maria, n.26, p 19-30, 2005.

FERNANDES, E.; ALMEIDA, L. Estudantes com deficiência na Universidade: Questões em torno da sua adaptação e sucesso acadêmico. *Revista de Educação Especial e Reabilitação*, v. 14, p. 7-14, 2007.

GARCIA, R. et al. Acessibilidade e permanência na educação superior: perce de estudantes com deficiência. Paraná, 2018.

GAIA, S.P. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: ANÁLISES E REFLEXÕES.

JUNIOR, L.; MARTINS, C. M. Inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior: Um estudo da produção acadêmica na área da inclusão. Blumenau, 2017

LEITE, L.P. et al. A adequação curricular como facilitadora da educação inclusiva. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 32, p. 89-111, 1º sem. 2011. LEITE, L. P.; BORELLI, L. M.; MARTINS, S. E. S. O currículo e deficiência: análise de publicações brasileira no cenário da educação. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 63-92, 2013.

FONSECA, V. Tendências futuras da educação inclusiva. In: STOBAUS, C. D., MOSQUERA, J. J. M. *Educação Especial: em direção à educação inclusiva*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MELO, F. R. L.; PEREIRA, A. P. M. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, SP, v. 19, n. 1, p. 93-106, 2013.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MASINI, E. F. S. A inclusão escolar do aluno com deficiência visual. Rio de Janeiro: Cultura Médica; Guanabara Koogan, 2010. p. 427- 44.

MAIOLA, C. S.; BOOS, F; FISCHER, J. Inclusão na Universidade sob a ótica dos acadêmicos com necessidades especiais: possibilidades e desafios. Ponto de vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos, Florianópolis, n.10, 2008.

MAZZOTTA, Marcos J. S..Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. Ed.. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAES, M. G. Acessibilidade e inclusão social em escolas. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, SP, 2007.

PACHANO, Graziela G. Desenvolvimento Profissional de docente universitário frente aos desafios do mundo contemporâneo. Anais VII Redestrado. Buenos Aires, 2008.p. 1-20.

PACHECO, R. V.; COSTAS, F. A. T. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. Revista Educação Especial, Santa Maria, RS, n. 27, p. 151-67, 2006.

PALHARES, M. S. e MARINS, S. C. Escola Inclusiva. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: a universidade e a pessoa com deficiência. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-33.pdf>>.Acesso dia 01 de maio de 2018.

TOLEDO, E. H.; VITALIANO, C. R. Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, SP, v. 18, n. 2, p. 319-36, 2012.

VITALIANO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, SP, v. 13, n. 3, p. 399-414, set./dez. 2007.

APENDICE

Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE



**Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação – Curso de Licenciatura em Educação Especial-Noturno**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: A docência e o processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior

Pesquisador responsável: Andressa Machado

Orientadora do Estudo: Prof^a Dr^a Tatiane Negrini

Instituição/Departamento: Curso de Licenciatura em Educação Especial/CE/UFSM

Telefones para contato: (55)991852184

Declaro, por meio deste termo, que aceitei ser entrevistado(a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado (a) “A docência e o processo de inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior”, desenvolvida (o) pela acadêmica Andressa Machado. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof^a Dr^a Tatiane Negrini, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail tatinegrini@yahoo.com.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é discutir questões que envolvem a docência no ensino superior e o processo de inclusão da pessoa com deficiência. Aos participantes desse estudo será totalmente assegurada à questão

de ética, não serão mostrados seus dados particulares, nem serão julgados quanto às suas atitudes ou pensamentos. Se obtiverem algum sentimento ruim durante as entrevistas poderão dialogar a fim de que compreendam o verdadeiro sentido da pesquisa, e suas dúvidas podem ser esclarecidas para o seu total entendimento. Essas entrevistas serão individuais. Poderá ser gravada, caso os responsáveis aceitarem.

Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso a tratamento hospitalar quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu acompanhamento/ assistência/tratamento neste Serviço.

Local e data: _____

Nome e Assinatura do responsável: _____

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Santa Maria _____, de _____ de 2018.

Pesquisador responsável

Orientador do Estudo

ANEXO

Apêndice A - Roteiro de entrevista

Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria - Centro de Educação
Curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno

1. Formação:
2. Tempo de atuação:
3. Já atuou em turmas que possuem alunos com deficiência? Em caso positivo, quais as deficiências apresentadas pelos estudantes.
4. Qual seu entendimento sobre quem são as pessoas com deficiência?
5. Enquanto docente, tem buscado formação continuada, procurando aprofundamento sobre o processo de inclusão? Onde? Quais?
6. Diante de seu ponto de vista, na escala de 0 a 10, em qual encontra-se o processo de inclusão na Universidade? Explique.
7. A informação quanto aos alunos que serão incluídos em sala de aula chega até o professor qual momento?
8. Como se estruturam e desenvolvem-se as aulas neste semestre, em turmas com alunos com deficiência?
9. São planejadas flexibilizações didáticas no trabalho pedagógico com estas turmas?
10. São realizadas orientações/reuniões/debates com os coordenadores de curso

e/ou outros grupos quanto ao acompanhamento dos alunos com deficiência? Em caso positivo, como acontecem.

11. Como você percebe o desempenho dos alunos com deficiência a partir das metodologias desenvolvidas?

12. Quais os maiores desafios da docência para a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior?

13. Considerando as políticas inclusivas, qual sua percepção sobre o que ainda poderia melhorar na UFSM para a inclusão do aluno com deficiência?